

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40-a, DE 2003, QUE "MODIFICA OS ARTS. 37, 40, 42, 48, 96, 142 E 149 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O ART. 8º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (REFORMA DA PREVIDÊNCIA)

Declaração de voto do deputado Jamil Murad (PCdoB/SP), acerca da Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência, na Comissão Especial destinada a apreciar e emitir parecer sobre a PEC nº 40/2003

Explicito aqui a posição do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) sobre a reforma da previdência.

Desde a eleição, o PCdoB tem reafirmado que as prioridades deste governo devem ser reformas que buscam o desenvolvimento econômico e social e a recomposição do Estado Nacional, que as políticas neoliberais procuraram inviabilizar. Fomos, portanto, contra a prioridade que foi dada à reforma da Previdência.

Entretanto, a Reforma da Previdência entrou em pauta, com um conteúdo que contraria as preocupações e as sugestões apresentadas pelo Partido ao governo. Adotamos então publicamente como diretriz alterá-la e passamos a defender a preservação dos direitos dos servidores e trabalhadores e assegurar a inclusão de pelo menos 40 milhões de brasileiros que não possuem cobertura previdenciária. O PCdoB expressou a sua opinião crítica à medida que o seu conteúdo não levou em conta as opiniões de importantes setores da base do governo e do próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Social. A proposta apresentada, além de não incorporar dispositivos que ampliem a cobertura previdenciária, restringiu-se a cortar direitos dos servidores públicos.

O meu Partido, o PCdoB, defende que as modificações nos regimes previdenciários devem ter como eixo corrigir distorções no regime próprio dos servidores e assegurar a inclusão de 40 milhões de trabalhadores que estão excluídos da cobertura da Previdência Social. Esse eixo de intervenção pode ser visto principalmente nas seis emendas apresentadas pela nossa Bancada. Foram seis modificações propostas alterando questões relativas ao Regime Geral de Previdência Social, ampliando a inclusão e a cobertura pública do sistema previdenciário. Outra emenda visa alterar dispositivos do regime próprio dos servidores civis, para manter a integralidade e a paridade, para novos e atuais servidores, porque consideramos essa questão importante para a construção e o fortalecimento do Estado Nacional, fundamental para um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista. Por fim, uma última emenda pretende suspender as inovações constantes da PEC e mantidas pela Emenda Substitutiva Global relativas à imposição de contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas.

Infelizmente, esse eixo de mudanças não foi acatado pela Relatoria. Do conteúdo presente em nossas emendas, apenas a cobertura pública para o seguro acidente de trabalho foi acatada. Mesmo ressaltando que o Relator alterou dispositivos relativos aos atuais servidores, não está contemplada a posição do PCdoB para essa matéria. A importante questão da inclusão previdenciária ficou registrada apenas como uma pretensão futura e limitada a mudanças infraconstitucionais, um propósito que poderá estar comprometido pela ausência de abertura de uma janela constitucional.

Mas esse voto do PCdoB tem sobretudo uma dimensão política. O PCdoB reafirma seus compromissos com o governo, que contudo, são mediados pelos compromissos com o povo e com os trabalhadores.

Neste momento, consideramos importante reafirmar a nossa aliança política com o Governo, para explicitar mais uma vez a relação de unidade e luta no interior da frente de sustentação do governo que nos empenhamos para eleger desde 1989, e por quatro e sucessivos processos eleitorais. Com essa decisão, o PCdoB considera que essa é a melhor forma de expressar o nosso propósito de continuar lutando pela inclusão social e persistiremos na luta em defesa dos direitos dos servidores públicos, visto que a fragilização do funcionalismo está associada ao enfraquecimento do Estado Nacional.

Votaremos nessa Comissão a favor da Emenda Substitutiva Global, reservando o direito de apresentar e votar favoravelmente ao destaque para impedir a contribuição de inativos. Reafirmamos que essa reforma não é a proposta do PCdoB. Vamos procurar modificá-la, buscando a defesa dos direitos dos trabalhadores.

As discussões e as justas disputas sobre a reforma da Previdência não se encerram nesta reunião. A luta continua e a nossa expectativa é a de que o governo Lula viabilize o aprofundamento da democracia, respeitando as contribuições do Congresso Nacional e dos trabalhadores, mediante a participação ativa de suas entidades e movimentos.

A ação do nosso Partido, ao seguir a orientação unitária da base de sustentação do governo, busca reforçar a articulação do governo Lula, num amplo debate com a sociedade, mantendo o nosso posicionamento de apontar um novo rumo para o Brasil e a necessidade de instituir uma orientação econômica de crescimento, produção, geração de empregos, reafirmando a universalidade e inclusão social como propósitos fundamentais desse processo. Os comunistas compreendem que esse é o êxito do governo Lula, fundamental no sentido de descortinar um novo caminho para o Brasil, perseguindo a unidade democrática e patriótica numa situação externa e interna de grandes dificuldades.

Deputado Jamil Murad
PCdoB/SP